



Avaliação dos professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

*Assessment of teachers within the National Pact for
Literacy at the Correct Age (PNAIC)*

*Evaluación de los profesores en el Pacto Nacional por la
Alfabetización en la Edad Correcta (PNAIC)*

**Magaly Quintana Pouzo Minatel, Sandra Mara Castro dos Santos,
Sandra Regina Kirchner Guimarães***

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a proposta de avaliação de professores presente no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa de formação docente

* MQPM: professora da Rede Municipal de Educação de Curitiba, mestranda da linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, e-mail: magalyminatel@gmail.com
SMCS: professora da Rede Municipal de Educação de Curitiba, mestranda da linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, e-mail: sandramcs2209@hotmail.com
SRKG: professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, e-mail: srkguimaraes@uol.com.br

criado pelo Ministério da Educação no início de 2013. O referencial de análise utilizado foi o de que a avaliação deve estar inserida em um processo de formação docente continuada, ou seja, reflexão na ação. Foram explorados documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, bem como materiais elaborados por universidades parceiras e ofertados para a formação continuada dos professores, buscando descrever como se processa a avaliação dos professores no âmbito do Programa. Os resultados do estudo sugerem fragilidades na articulação entre União, Estados, Municípios, Instituições de Ensino Superior e os docentes no que se refere às discussões sobre alfabetização e letramento. Além disso, evidenciam que é prematuro prever qualquer relação entre a avaliação dos professores realizada pelo Pacto e a avaliação do desempenho dos alunos ao final do ciclo de alfabetização. Conclui-se que é necessário incorporar uma concepção mais abrangente de avaliação, de forma a legitimar a continuidade da formação docente no pleno exercício da práxis pedagógica.

Palavras-chave: Avaliação de professores. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Formação continuada.

Abstract

This study aimed to analyze the teacher evaluation proposal included in the National Pact for Alphabetization at the Correct Age (PNAIC), a teacher education program created by the Ministry of Education in the beginning of 2013. The framework of analysis used was that assessment must be a part of the process of continuing teacher education, i.e., reflection in action. Official documents published by the Ministry of Education were examined, as well as materials that have been developed by partner Universities and offered for continuing teacher education, seeking to describe how teacher evaluation is conducted in the program. The study results suggest weaknesses in coordination between the Federal Union, States, Municipalities, Higher Education Institutions and teachers with regard to discussions of alphabetization and literacy. Furthermore, they show that it is premature to predict any relationship between the assessment of teachers conducted by the Pact and the evaluation of student performance at the end of the alphabetization cycle. It is concluded that the program needs to incorporate a broader conception of evaluation in order to legitimize the continuity of teacher education in the full exercise of pedagogical praxis.

Keywords: Teacher evaluation. Alphabetization. Continuing education.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar la propuesta de evaluación de profesores presente en el Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Correcta – PNAIC, que es un programa de formación docente propuesto por el Ministerio de Educación a principios del año de 2013. El referencial de análisis utilizado es que la evaluación debe estar insertada en un proceso de formación docente continua, o sea, reflexión en la acción. Fueron analizados documentos oficiales publicados por el Ministerio de Educación, así como materiales elaborados por Universidades asociadas y ofrecidos para la formación continuada de los profesores, buscando describir cómo se procesa la evaluación de los profesores en el ámbito del Programa. Los resultados del estudio sugieren fragilidades en la articulación entre Unión, Estados, Municipios, Instituciones de Enseñanza Superior y los docentes en lo que se refiere a las discusiones referentes a la alfabetización y a la lectoescritura. Además, demuestran que es prematuro prever cualquier relación entre la evaluación de los profesores realizada por el Pacto y la evaluación del desempeño de los alumnos al final del ciclo de alfabetización. Se concluye que existe la necesidad de incorporar al programa una concepción más amplia de evaluación, que pueda legitimar la continuidad de la formación docente en el pleno ejercicio de la praxis pedagógica.

Palabras Clave: *Evaluación de profesores. Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Correcta. Formación continuada.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar como acontece a avaliação dos professores no Programa do Ministério da Educação (MEC) intitulado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹, implementado

¹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização (BRASIL, 2012 p. 5).

no ano de 2013. Para isso, foram investigados documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, bem como materiais elaborados por universidades parceiras e ofertados para a formação continuada dos professores, buscando descrever como se processa a avaliação dos professores no âmbito do Programa. Os achados foram analisados de acordo com referenciais teóricos acerca da avaliação de professores numa perspectiva de (meta) avaliação. A análise de programas de formação docente, confrontada com a teoria construída referente à área, é essencial para que se possa cada vez mais oferecer aos professores formação adequada que vise à melhoria da profissão docente e do serviço prestado à população.

A avaliação do corpo docente já é tradição em muitos países. Em entrevista publicada na revista *Veja*, Ventura (2012), diz que existe uma heterogeneidade entre os modelos de avaliação. Na França, é realizada pela equipe pedagógica da escola. Na Inglaterra, pelo diretor escolar e por avaliadores externos. Já em Portugal, os próprios professores avaliam uns aos outros. Para o entrevistado, não existe um consenso sobre qual modelo funciona melhor. Recomenda um modelo que misture avaliadores externos e internos, mas pondera que se trata de uma alternativa onerosa e pouco utilizada.

No Brasil, a avaliação dos docentes também acontece de forma heterogênea em instituições públicas e privadas, cada uma com metodologia e objetivos próprios. Em termos de políticas nacionais, o tema ainda está em discussão. Desde 2010, o MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), anuncia a possibilidade da avaliação de docentes pelo Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente². Em março de 2013, o INEP abriu um Edital de Chamada Pública, convocando instituições que possuem cursos de graduação e

² O Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente é uma iniciativa do INEP no âmbito das políticas do Ministério da Educação no sentido da valorização dos profissionais do magistério no país. A Prova Nacional de Concurso tem o objetivo principal de subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a educação básica. Trata-se de uma prova anual, a ser aplicada de forma descentralizada em todo o país para os candidatos ao ingresso na carreira docente das redes de educação básica (INEP, 2011).

pós-graduação em Pedagogia, interessadas em colaborar no processo de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI).

Segundo o INEP (2013), a prova está sendo nacionalmente discutida para chegar ao perfil desejado dos futuros integrantes à carreira docente. Tal iniciativa tem a pretensão de melhorar a contratação de professores em termos quantitativos e qualitativos, visando a professores mais qualificados e com melhores condições de exercer a profissão.

Portanto, a avaliação de larga escala destinada aos docentes ainda está em processo de discussão e implementação. Todavia, avaliações de larga escala destinadas aos estudantes já estão institucionalizadas e seus resultados amplamente divulgados, servindo como diagnóstico do ensino e da aprendizagem dos estudantes, bem como colocando em evidência a fragilidade da formação dos professores, entre outras questões.

Esse fato foi analisado por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um importante indicador de qualidade nacional — de responsabilidade do INEP — que combina informações de desempenhos em exames padronizados (Prova Brasil; SAEB), obtidos por estudantes das etapas finais de ensino, com informações sobre o rendimento escolar (aprovação). Com relação aos resultados de 2011, a média nacional foi de 5,0 em uma escala de 0 a 10, para os anos iniciais do Ensino Fundamental. A Prova Brasil avalia o nível de proficiência leitora dos estudantes. No resultado, foi possível observar que os alunos não apresentam um nível satisfatório do domínio da leitura em sua língua materna, ou seja, são limitados na capacidade de leitura e compreensão de textos escritos. Os alunos terminam os anos iniciais do Ensino Fundamental sem o pleno desenvolvimento das habilidades que deveriam ter ao final desse período de escolarização. Contudo, não basta diagnosticar os problemas dos alunos analisando os resultados obtidos nas avaliações. Em resposta aos problemas detectados, é preciso lograr esforços para a melhoria no desempenho desses alunos, criando condições para assegurar uma escola de qualidade para todos, como esclarece Hoffman (2000, p. 58): “a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório”.

Assim, não se idealiza, de fato, um processo de avaliação sem que ele vislumbre uma construção contínua e mediadora.

Nesse sentido, a reflexão na ação é, na contemporaneidade, um dos processos de formação de professores mais difundidos. Esse processo enfatiza a importância do pensamento prático dos professores, ou seja, “na realização da reflexão, as habilidades, os processos cognitivos e metacognitivos contribuem na promoção da análise das práticas docentes” (ROMANOWSKI, 2012, p. 141).

A metacognição diz respeito ao processo de conhecimento dos próprios processos cognitivos, da própria cognição, bem como à regulação e ao controle desses processos. De forma intencional ou não, sabe-se que a atuação de educadores contribui para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas em seus educandos, as quais auxiliam o aprendiz no planejamento de estratégias de aprendizagens, na aplicação e no controle de sua utilização, bem como na avaliação e na modificação de sua maneira de abordar as situações-problema (GUIMARÃES; STOLTZ, 2008).

Entretanto, diante do crescente fluxo de informações e das mudanças às quais as pessoas estão submetidas, não apenas o aluno, mas também o professor deve engajar-se em um processo de aprendizagem permanente. Essa formação permanente requer uma constante melhoria do ensino, que prepare todos para um mercado de trabalho mais flexível e com um ritmo de mudanças tecnológicas que torna aptos ao exercício da profissão apenas aqueles que “aprenderam a aprender” (POZO, 2002, 2004, 2007).

Nesse sentido, a formação continuada dos docentes, da mesma forma que a formação dos alunos, deve ser pautada no desenvolvimento de estratégias que os habilitem a relacionar os conhecimentos de modo significativo, que os habilitem a aprender sobre seu próprio aprender, na busca de uma aprendizagem que não cessa. O processo de formação continuada requer do professor reflexão sobre si mesmo, a fim de que possa não apenas reconhecer-se, mas pensar-se. Dito de outro modo, para ser protagonista de um processo de ensino-aprendizagem que provoque mudanças socioeducacionais expressivas, o

professor deve voltar-se para sua própria formação e atuação, de modo que possa refletir sobre sua prática pedagógica no intuito de constantemente aperfeiçoá-la.

Dessa forma, o processo de aprendizagem dos professores está intimamente ligado às oportunidades ofertadas nos espaços de formação. Assim, é importante salientar que cabe ao professor refletir sobre as concepções de aprendizagem, bem como sobre a necessidade de investimento constante em sua formação contínua, para que não haja um descompasso na inter-relação entre teoria e prática, no que diz respeito à seleção de métodos e estratégias de aprendizagem mais adequadas, considerando as que possam servir de estímulo à retomada de situações em que ocorra a reflexão sobre a própria prática e a construção de saberes já constituídos.

É diante desses referenciais acerca da avaliação que se analisa o PNAIC, que surgiu como alternativa do Governo Federal à necessidade de melhoria da formação dos professores e como resposta ao desafio de garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. Nesse sentido, este estudo tem como problema de investigação as seguintes questões: como o material elaborado para a formação continuada do PNAIC aborda as questões referentes à avaliação? Como o material elaborado para a formação continuada do PNAIC aborda a avaliação do professor alfabetizador? Existe algum procedimento de avaliação do professor no PNAIC? Como a avaliação do professor a partir do PNAIC pode contribuir para melhorar os resultados relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita pelos estudantes? Para responder a essas questões, foi necessário investigar o programa em questão, em busca dos referenciais relativos à avaliação em geral e à do professor.

Metodologia

A abordagem metodológica que norteou o estudo é exploratório-descritiva. Dessa forma, procedeu-se a exploração e a descrição do

programa de formação PNAIC em relação aos aspectos que permitiram analisar como acontece a avaliação dos profissionais que atuam no referido programa de formação (coordenadores e formadores da Universidade, coordenadores municipais, orientadores de estudo e professores cursistas).

Para isso, foram investigados documentos oficiais publicados pelo MEC, bem como os materiais elaborados pelas universidades conveniadas, ofertados para a formação continuada dos professores. Também foram realizados encontros com duas professoras (uma formadora e outra coordenadora municipal do PNAIC) em busca de esclarecimentos referentes à avaliação pelo sistema de monitoramento *online* do programa.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências da Saúde, pelo Sistema Plataforma Brasil (PB) e aprovado – Parecer 646.993 CAAE: 30377414.3.0000.0102, conforme a Resolução n. 466/2012 CNS. Destaca-se que, com o objetivo de manter em sigilo a identidade das participantes, neste artigo elas serão referidas como: formadora do PNAIC e coordenadora do PNAIC. Salienta-se, também, que os dois encontros realizados com essas professoras ocorreram em uma sala privativa na cidade de Curitiba. Não houve limite de tempo para as entrevistas, que duraram em média uma hora e meia. As questões apresentadas pelas pesquisadoras referiam-se à avaliação realizada pelo sistema de monitoramento *online* do PNAIC.

Os dados obtidos foram analisados e discutidos à luz do referencial teórico apresentado na introdução deste trabalho.

Resultados

Para alcançar o objetivo maior do PNAIC — alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade —, as ações do Pacto organizam-se em eixos estruturantes, sendo: formação continuada dos professores alfabetizadores, distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e controle social e mobilização. A execução das ações de formação continuada de professores respalda-se na Política Nacional de Formação de

Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

As ações do Programa relacionadas à formação docente preveem que os professores alfabetizadores participem de um curso presencial de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano: um ano com foco na alfabetização linguística, e outro, na alfabetização matemática. A metodologia proposta envolve estudos e atividades com foco na reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento com ênfase na aplicabilidade prática. Os encontros com os professores alfabetizadores são conduzidos por orientadores de estudo, subsidiados por formadores vinculados as Instituições de Ensino Superior.

Com relação às informações disponibilizadas por meio de encontro com formador e coordenador do PNAIC, bem como no manual do sistema *online*, obteve-se a descrição dos procedimentos de avaliação dentro do sistema. Dessa forma, para a avaliação da cadeia formativa envolvida no processo de formação do Programa, bem como para apoiar as redes e assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto, o MEC disponibilizou um sistema de monitoramento via Internet denominado SisPacto. Todos os agentes envolvidos (coordenadores e formadores das universidades conveniadas, coordenadores, orientadores de estudos e professores cursistas vinculados às Redes Municipais de Ensino) devem acompanhar as ações do Programa também pelo SisPacto. Dentro do sistema, há um *link* destinado à avaliação; assim, todos os participantes avaliam e são avaliados. Essa avaliação está vinculada à função de cada um no Programa, tendo em vista questões como a presença nas formações e a execução das tarefas destinadas a cada um. Essas avaliações têm uma relação direta com as bolsas-auxílio, que envolvem valores diferentes para cada grupo de participantes da formação e são pagas pelo Sistema Geral de Bolsas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dessa forma, o participante do Programa que não cumprir suas obrigações não receberá a bolsa-auxílio e poderá ser desvinculado do Programa se não cumprir a carga horária mínima determinada.

Cabe ressaltar que outro aspecto vinculado à avaliação do professor alfabetizador, além do cumprimento da carga horária do curso, está relacionado à aplicação da metodologia proposta pelo Programa nas classes de alfabetização e ao retorno em forma de relatórios dos registros das práticas para a instituição formadora.

Outra forma de avaliação via SisPacto é disponibilizada aos professores alfabetizadores. Eles têm uma página destinada à avaliação dos estudantes. Na página, cada professor seleciona a(s) turma(s) de que é docente, preenche o perfil da turma e, posteriormente, a quantidade de alunos que atingiram ou não as capacidades ou habilidades elencadas para o ciclo de alfabetização. A proposta do MEC é ampliar a avaliação no sistema, com a introdução dos resultados da Provinha Brasil e da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) para cada turma de alfabetização. Dessa forma, o Sistema proporcionará condições de conhecer a realidade de cada turma de alfabetização e ampliar as possibilidades relativas à avaliação. Sendo assim, o SisPacto pode ser considerado um sistema de controle das ações dos agentes envolvidos nas diferentes instâncias da formação.

Nos documentos oficiais disponibilizados pelo MEC para a dimensão formativa do PNAIC, são descritos os referenciais relativos à avaliação. Segundo o documento de apresentação do PNAIC (2012), as transformações na educação são decorrentes de vários fatores: com o ingresso das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, os educadores precisaram definir mais claramente o que se espera da escola nos anos iniciais; a divulgação dos resultados das avaliações de larga escala, como a Prova Brasil, instigou os gestores a explicitarem mais objetivamente as estratégias para melhorar a aprendizagem dos estudantes e a qualidade de ensino; e o aumento da oferta de formação continuada pelo MEC e Secretarias de Educação provocou a explicitação de diferentes perspectivas acerca da alfabetização. Esse ideário promoveu também uma aproximação entre os professores da Educação Básica e os que atuam com a formação inicial e continuada de docentes, possibilitando a reflexão acerca das diferentes realidades

das escolas brasileiras, em busca de estratégias conjuntas e palpáveis que atendam às diversidades (BRASIL, 2012).

Uma das proposições do documento refere-se à delimitação de um perfil para o professor alfabetizador. Para tanto, o documento cita critérios considerados mínimos para que os professores alfabetizadores possam atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. São eles:

[...] ter domínio dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do ensino da leitura e da escrita na perspectiva do letramento; ter habilidades para interagir com as crianças, dinamizando o processo pedagógico e promovendo situações lúdicas de aprendizagem; ser assíduo e pontual, evidenciando compromisso com os processos pedagógicos; ter sensibilidade para lidar com a diversidade social, cultural, de gênero e etnia (BRASIL, 2012, p. 12).

O documento também orienta que os docentes que atuam nos anos iniciais tenham experiência na docência, sejam efetivos das Redes de Ensino e atendam aos critérios mínimos citados neste tópico, sugerindo que as Redes de Ensino organizem um Conselho, sob a coordenação da equipe central, para elaborar e desenvolver projetos de formação continuada consistentes e coerentes com os princípios defendidos na proposta curricular. No documento, há considerações acerca das Secretarias de Educação para que avaliem seus modos de gestão da rede e das escolas, a fim de encontrar modos de ação que ampliem as possibilidades de trabalho para atingir o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade. As sugestões propostas podem ser pontos de partida para que cada sistema, considerando suas especificidades, trace seus próprios modos de funcionamento (BRASIL, 2012).

O documento alerta para a importância de se estabelecer uma política de formação continuada diversificada para docentes, gestores e profissionais de apoio à docência, e especifica que essa ação deve se desenvolver com base nos resultados das avaliações realizadas e que as formações devem ser pautadas na prática do professor: “a teorização da prática deve constituir o eixo nuclear das ações formativas” (BRASIL, 2012).

A proposta de avaliação dos estudantes no Programa envolve a dimensão formativa ou continuada da avaliação em detrimento de uma avaliação meramente técnica ou burocrática. Segundo o documento:

[...] a avaliação precisa ser feita para garantir as aprendizagens e não para punir os que não aprenderam — como outrora acontecia nas escolas de todo o mundo. O foco é em uma avaliação formativa, voltada para a redefinição permanente das prioridades e planejamento contínuo do fazer pedagógico. As avaliações diagnósticas utilizadas para conhecer as crianças e detectar quais saberes elas já dominam são pontos de partida para planejar estratégias para aproximá-las da escola (BRASIL, 2012, p. 22).

A proposta é que, com base nos dados de avaliações diagnósticas, seja possível definir quais estratégias usar, considerando também o tempo previsto para as aprendizagens. O Programa prevê a avaliação também como forma de propor outras maneiras de enturmação que possibilitem a aprendizagem. “Para isso, no entanto, os profissionais da escola precisam saber claramente quais são os principais conhecimentos, habilidades e capacidades a serem consolidados em cada ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2012, p. 22).

Dessa forma, segundo o documento, é essencial ter clareza acerca da importância de avaliar para ensinar. O professor deve saber o que avaliar, além de construir instrumentos adequados de avaliação que possibilitem compreender a aprendizagem das crianças. Nesse processo,

a coordenação pedagógica tem o papel de promover situações de socialização entre os docentes sobre seus instrumentos de avaliação e resultados obtidos pelos estudantes. Desse modo, é importante estimular a existência de colegiados de avaliação para que a equipe pedagógica analise cada caso e possa decidir coletivamente quais são as melhores estratégias para garantir as aprendizagens (BRASIL, 2012, p. 23).

O documento propõe que o professor considere também como instrumentos a Provinha Brasil e outras avaliações de larga escala, bem como portfólios, diários de aprendizagem, cadernos de registro etc.

Todos os instrumentos e as estratégias de avaliação devem ajudar os profissionais da escola a definir metas e planejar ações que possibilitem a progressão de todas as crianças (BRASIL, 2012).

Com relação à formação do professor, o texto aponta a necessidade, porém indica que não apenas os professores devem ser avaliados, mas também todo o sistema envolvido:

É necessário ressaltar, ainda, que não apenas os estudantes precisam ser avaliados, mas também os docentes, as equipes de coordenação pedagógica, os programas desenvolvidos pelas secretarias, o próprio documento de orientações curriculares, dentre outros. A avaliação, portanto, deve ser encarada como um processo de pesquisa, no qual os integrantes da escola analisam as condições de ensino e de aprendizagem e estabelecem estratégias para melhorar a qualidade do trabalho realizado com as crianças (BRASIL, 2012, p. 24).

Dessa forma, no material do PNAIC há indicações acerca da avaliação do processo de ensino e aprendizagem e de questões que podem ser consideradas para a avaliação dos docentes, por exemplo, o perfil descrito para o professor alfabetizador.

Discussão

Com relação à avaliação dos professores, enquanto a prova para ingresso na carreira docente não acontece, a avaliação dos docentes, bem como de gestores e Redes de Ensino, efetiva-se de forma indireta, por meio da divulgação dos resultados de avaliações em larga escala, como a Prova Brasil. No material do PNAIC, encontramos referências diretas a essa questão, por meio de sugestões para que escolas e professores utilizem os resultados de avaliações de larga escala, bem como os resultados das avaliações formativas efetivadas no interior das salas de aulas, por meio de instrumentos diversos, como análise para proposição de ações voltadas à formação continuada dos professores e a intervenções no ensino para promoção da aprendizagem.

Assim, com base na análise constitutiva da cadeia avaliativa proposta pelo PNAIC, é oportuno ressaltar que o SisPacto foi organizado pelo MEC como um instrumento de controle em relação ao processo avaliativo do Programa. Todavia, a dimensão avaliativa organizada não prevê um espaço sistematizado para discussões e retomadas do diálogo entre os diferentes segmentos que compõem esse Programa.

Também cabe explicitar que a análise dos resultados de avaliações de larga escala pode auxiliar no diagnóstico e na tomada de decisões que possibilitem ações voltadas para a melhoria do ensino em diversos âmbitos: federal, estadual e municipal. No âmbito escolar, é importante superar a dimensão técnica e burocrática da avaliação e investir na dimensão formativa ou continuada. Nessa dimensão, a avaliação pode cumprir seu real papel de reflexão transformada em ação e se constituir como um importante instrumento para a promoção do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Considerações finais

O estudo demonstrou que existe uma forte tendência em se utilizar dos resultados de avaliações de larga escala para avaliar o ensino e a gestão do ensino no Brasil. A análise dessas avaliações tem possibilitado a tomada de decisões que visam superar as dificuldades encontradas. Uma dessas ações é a implementação do PNAIC. Porém, as avaliações de larga escala não substituem a avaliação escolar, de natureza formativa e continuada, na perspectiva da reflexão transformada em ação.

Também se evidencia a fragilidade do Programa pela ausência de espaço articulado e permanente entre União, Estados, Municípios, Instituições de Ensino Superior e docentes para a ampliação das discussões referentes à alfabetização e ao letramento. Assim, o Programa caminha na contramão do que defende Romanowski (2012): a formação de profissionais reflexivos e críticos pressupõe interação ativa e contínua dos indivíduos, num movimento de tomada de consciência, construção

e reconstrução de conhecimentos oriundos de modelos sociocognitivos e de formação permanente dos professores.

Com base nessa premissa, a avaliação docente deixa de ser analisada somente sob os aspectos quantificáveis para vislumbrar um conceito abrangente de formação, no qual se legitima a continuidade da formação docente no pleno exercício da práxis pedagógica: não como tentativa de suprimir lacunas deixadas pela formação acadêmica inicial, nem mesmo na ânsia de diluir as mazelas do analfabetismo, mas como processo desencadeador de aprendizagens essenciais ao professor na constituição da identidade profissional.

Referências

BRASIL. Decreto n. 6755, de 29 de janeiro de 2012. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 15 maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador* — caderno de apresentação. Brasília: MEC; SEB, 2012.

GUIMARÃES, S. R. K.; STOLTZ, T. Apresentação. In: GUIMARÃES, S. R. K.; STOLTZ, T. (Org.). *Tomada de consciência e conhecimento metacognitivo*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. p. 5-10.

HOFFMAN, J. *Avaliação mediadora: uma prática da construção da pré-escola a universidade*. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. Ministério da Educação. *Prova nacional de concurso para o ingresso na carreira docente*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/prova-docente>>. Acesso em: 6 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. Ministério da Educação. *Chamada pública n. 001/2013 – prova docente*. Brasília: 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/chamada-publica-n-%C2%BA-001-2013-prova-docente>. Acesso em: 6 maio 2014.

POZO, J. I. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POZO, J. I. *Aquisição de conhecimento: quando a carne se faz verbo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. *Pátio*, ano 8, 2007. Disponível em: <<http://www.udemo.org.br/A%20sociedade.pdf>>. Acesso em: 27 maio de 2014.

ROMANOWSKI, J. P. *Formação e profissionalização docente*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

VENTURA, A. Avaliar professores: tarefa tão difícil como fundamental. *Veja online*, 16 maio 2012. Entrevista concedida a Nathalia Goulart. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/avaliar-professores-tarefa-tao-dificil-quanto-fundamental>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

Recebido: 01/07/2014

Received: 07/01/2014

Aprovado: 26/07/2014

Approved: 07/26/2014